

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.857 - PR (2019/0244516-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : WELLINGTON LUIZ DAL MOLIN (PRESO)
ADVOGADO : KHALIL VIEIRA PROENÇA AQUIM - PR060973N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por WELLINGTON LUIZ DAL MOLIN, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do ora recorrente pela prática, **em tese**, do delito tipificado no art. 158 do Código Penal (por duas vezes).

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME DE EXTORSÃO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA CAPAZ DE AUTORIZAR A EXCEPCIONAL MEDIDA. REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL APONTADOS CONCRETAMENTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INOCÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR IMPRESCINDÍVEL PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA EVIDENCIADA NA DECISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA" (fl. 104).

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar. Reforça, ainda, que ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

A liminar foi indeferida às fls. 170-171.

As informações foram prestadas às fls. 173-234.

O Ministério Público Federal, às fls. 237-240, manifestou-se pelo desprovimento do recurso ordinário, em parecer sem ementa.

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Com efeito, conforme informações prestadas às fls. 173-234, verifica-se que, no dia **29/08/2019**, foi proferida sentença de mérito na ação penal **n. 0010703-12.2019.8.16.0031**, da **2ª Vara Criminal de Guarapuava/PR**, em que foi **determinada a expedição do competente alvará de soltura** em favor do ora recorrente, **in verbis**:

*"Todavia, considerando que foi estabelecido o regime semiaberto nesta sentença, considerando, ainda, a ausência de estabelecimento penal compatível com o referido regime nesta Comarca, bem como havendo evidências de que os motivos ensejadores da prisão não mais subsistem, pois a garantia da ordem pública, no sentido de fazer cessarem as extorsões, foi atingida, **REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA**, nos termos do artigo 316 do Código de Processo Penal e **concedo o direito de recorrer em liberdade**.*

[...]

*b) **Expeça-se imediatamente o alvará de soltura**" (fls. 229-230, grifei).*

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente recurso, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, julgo o presente **recurso ordinário** em **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.



MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator